

Políticas para a sociedade da informação em Portugal: da concepção à implementação

Lurdes Macedo*

Resumo

Partindo de diversas perspectivas teóricas sobre o conceito de “Sociedade da Informação”, este artigo identifica os desafios que o eventual “novo” modelo de organização informacional da sociedade coloca a um país como Portugal, frequentemente categorizado como “semi-periférico” ou “desfavorecido”. Propõe-se a análise da evolução das políticas governamentais para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, nomeadamente do instrumento financeiro que as concentra e que viabiliza a sua execução: o Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI). Esta análise passa não só pela concepção do POSI e da sua coerência com o entendimento actual sobre o que é a “Sociedade da Informação”, como também pela sua implementação e resposta efectiva aos desafios colocados pelo modelo informacional de desenvolvimento social. Registando Portugal uma forte penetração das tecnologias da informação e da comunicação, mas, ao mesmo tempo, apresentando ainda indicadores de subdesenvolvimento social, este estudo procura explorar a possibilidade de as políticas para a Sociedade da Informação não estarem a responder inteiramente ao objectivo primordial: a promoção de uma sociedade verdadeiramente “informacionalizada”.

Palavras-chave: sociedade da informação, desafios, políticas, POSI (Programa Operacional Sociedade da Informação)

O advento de uma “sociedade da informação”

A espantosa evolução das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) e o desenvolvimento da *World Wide Web* (www), bem como a sua aplicação nos mais

* Consultora/Formadora. Prepara dissertação no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação – Ramo de Especialização em Comunicação, Cidadania e Educação, na Universidade do Minho (lurdesmacedo@mail.telepac.pt)

diversos domínios de actividade, têm conduzido à crescente transformação de actividades tradicionais como o correio, o comércio, a publicidade ou o ensino, em actividades realizadas em ambiente virtual criado por estes novos dispositivos tecnológicos. Com efeito, o *e-mail*, o *e-business*, o *e-commerce*, o *e-publish*, o *e-learning*, entre outros, colocaram à disposição das sociedades tecnologicamente mais avançadas novas oportunidades de comunicação, melhorando a rapidez e a eficácia do processamento e da transmissão de informação e reduzindo, ao mesmo tempo, as distâncias espaciais que se constituíam, muitas vezes, como constrangimentos ao desenvolvimento destas actividades para além da esfera local.

Todavia, a transformação destas actividades, assim como o seu rápido sucesso, não ficaram imunes à desconfiança e ao cepticismo vulgarmente associados à evolução da tecnologia, nem tão-pouco à controvérsia na análise das suas implicações na alteração dos hábitos e das vivências dos cidadãos.

Foi neste contexto que se realizaram, nos últimos anos, importantes debates e discussões no seio da comunidade científica que conduziram a processos de criação e de reformulação de modelos teóricos que permitissem analisar e compreender este “novo” mundo que se edifica perante nós. Surgiram, assim, conceitos como o “informatismo”, a “informacionalização”, a “economia da informação” ou a “sociedade da informação” que rapidamente se naturalizam no vocabulário quotidiano sem serem, na maior parte das vezes, questionados ou verdadeiramente compreendidos pelos cidadãos comuns.

A “sociedade da informação” é, de entre os novos conceitos, aquele que parece ter maior alcance, já que contém em si todos os outros e, ao mesmo tempo, denomina algumas teorizações relevantes sobre uma “nova” realidade de organização social, emergente a partir da introdução das TIC nos mais diversos domínios da experiência humana.

Perspectivas conceptuais e teóricas sobre a “Sociedade da Informação”

Importa, assim, clarificar o conceito de “sociedade da informação” através da confrontação das diferentes propostas que nos são apresentadas por diversos pensadores e actores institucionais relevantes, bem como analisar as principais perspectivas teóricas que nos permitem compreender a emergência deste “novo” modelo de organização social.

Webster (1995: 1) aponta a crescente importância atribuída a fenómenos como a “revolução das TIC”, a “explosão da informação” ou a “informatização” da vida social como indutora do conceito de “sociedade da informação”.

A “sociedade da informação” é, para Junqueiro (2002: 170), “aquela em que a informação se encontra na base de todas as actividades aí levadas a cabo e em que ela própria é transformada em acção produtiva”.

Ricardo Petrella (2002: 78) considera que a “economia da informação e do conhecimento”, assim como a “sociedade da informação e do conhecimento”, são os novos

conceitos que permitem descrever a passagem das economias e sociedades “industriais” desenvolvidas, edificadas sobre os recursos materiais (matérias-primas e bens de consumo) e o capital físico (infra-estruturas e equipamentos), para um outro modelo de organização económica e social que assenta na valorização de recursos imateriais (o conhecimento) e do capital imaterial (serviços de informação e comunicação).

A semântica da globalização, a produção de um imaginário em torno da sua chegada e o discurso que acompanha a evolução da tecnologia são, segundo Mattelart (2001: 3), processos que ganham uma posição decisiva e singular na nossa sociedade. Assim, a “sociedade da informação” constitui-se como o paradigma prometido de uma mudança que tornará o mundo num lugar “mais solidário, transparente, livre e igualitário”.

O G7, grupo constituído pelos sete países mais industrializados do mundo, considera que a passagem para a “sociedade da informação” se caracteriza, essencialmente, pela interacção à escala global de redes de banda larga, pela educação e formação de natureza transcultural e pela gestão do ambiente, dos recursos naturais e da saúde (Cádima, 1999: 91).

O que está em causa na “sociedade da informação” para a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) é um processo de transformação tecnológica de natureza sistémica – uma espécie de nova “revolução industrial”, na qual o acesso à informação se constitui como um activo estratégico – com implicações na generalidade dos sectores da vida económica e social (www.icp.pt).

Vários discursos enfatizam, desta forma, a ideia do advento de uma “nova” sociedade, tendo por denominadores comuns a transformação da informação em matéria primordial e o decisivo desenvolvimento das TIC, assim como as suas consequências na reconfiguração do modelo de organização social.

Contudo, Webster (1995: 24-26) admite ser prematuro falar em “sociedade da informação” enquanto esta se revelar de difícil leitura, já que os indicadores de base quantitativa utilizados na sua medição são muito discutíveis e os seus vectores de análise qualitativa estão pouco explorados. Trata-se, pois, de um conceito ainda impreciso.

A “sociedade da informação” define, segundo Sousa (2003: 7), a ideia de que se vive hoje numa sociedade muito diferente daquela em que viveram as anteriores gerações, bem como o desgaste e o perecimento dos conceitos tradicionalmente utilizados para caracterizar as sociedades industriais, o que conduziu à procura, por parte dos cientistas sociais, de novos instrumentos analíticos para observar as transformações que ocorrem na sociedade.

Esta procura foi desencadeada por numerosos pensadores da contemporaneidade, cujo contributo Webster analisa em *Theories of the Information Society* (1995). O autor parte das divergências existentes entre as mais influentes correntes de pensamento no que toca ao papel da informação na sociedade contemporânea, procurando entender as diferentes interpretações e explicações sobre este “novo” mundo em que vivemos.

Webster (1995: 1-5) começa pela constatação de que a informação, símbolo da modernidade, bem como o contributo que esta traz à sociedade, são alvo de acesa controvérsia: se os mais optimistas a entendem como o princípio da sociedade profissionalizada, como conhecimento para uma sociedade mais instruída e como exercício de reflexão crítica, os mais cépticos olham-na como uma forma de controlo sobre a prática da cidadania, como sensacionalismo e propaganda e como promotora de acções de regulação por parte dos estados.

O próprio processo histórico de transformação social originado pela “explosão da informação” é encarado de forma diversa pelos mais influentes pensadores contemporâneos. Autores como Daniel Bell (pós-industrialismo), Jean Baudrillard e Mark Poster (pós-modernismo), Michael Piore e Charles Sabel (especialização flexível) e Manuel Castells (o modo informacional de desenvolvimento) proclamam uma ruptura com os modelos de organização social anteriores e a emergência de uma nova sociedade: a “sociedade da informação”. Todavia, outros acreditam que as transformações observadas se inscrevem numa lógica de continuidade histórica. São os casos de Herbert Schiller (neomarxismo), de David Harvey (acumulação flexível), de Anthony Giddens (o estado-nação e a violência) e de Jürgen Habermas (a esfera pública) que encaram a “informatização” das relações estabelecidas como um processo de evolução dentro do mesmo modelo de organização social.

O principal contributo da análise de Webster para a compreensão da “sociedade da informação” reside, contudo, na proposta de distinção de cinco dimensões analíticas definidoras dos vários posicionamentos sobre esta matéria: a definição tecnológica, a definição económica, a definição ocupacional, a definição espacial e a definição cultural (1995: 6-26).

A *definição tecnológica* enfatiza a rápida e espantosa inovação das TIC como factor distintivo da nova ordem, estabelecendo um paradigma técnico-económico para o século XXI. A acentuada redução dos preços do material informático, assim como os seus prodigiosos desempenhos no processamento, armazenamento e transmissão de informação conduziram à sua aplicação em todos os sectores da sociedade. Paralelamente, a convergência de redes informáticas e de telecomunicações permitiu o desenvolvimento de meios de gestão da informação e a sua distribuição extensiva, bem como a possibilidade de estabelecer redes de ligação entre espaços físicos distintos. Apesar de estes serem factos indiscutíveis, o autor não deixa de encontrar um conjunto de objecções a esta definição, questionando se será aceitável que um fenómeno associativo como a tecnologia determine a definição de um novo modelo de sociedade.

Na *definição económica* recaem os contributos de influentes especialistas da “economia da informação”, entretanto constituída como subcampo da ciência económica, assim como a visão do guru do *Management* Peter Drucker. Acreditando que a informação e o conhecimento estão na base da economia moderna, estes autores procuram atribuir um valor económico ao contributo das “indústrias da informação” para o Produto Nacional Bruto (PNB). Propõem que, quanto maior for o significado deste sector económico no PNB, mais próxima estará uma sociedade da “economia da infor-

mação”. Webster chama, no entanto, a atenção para as dificuldades que se colocam à objectivação das categorizações propostas para as “indústrias da informação”, já que estas tendem a homogeneizar actividades com diferentes conteúdos.

A *definição ocupacional* toma o declínio das classes laborais directamente produtivas e o crescimento do número de activos nas “profissões da informação” como factores determinantes para a emergência da “nova” sociedade. Deste modo, os indicadores relativos à transformação ocupacional nas sociedades avançadas passam a ser considerados centrais na “medição” da “sociedade da informação”.

Assim, considera-se que uma sociedade passa a ser “sociedade da informação” quando o número de trabalhadores com ocupações ligadas à produção e à manipulação de informação (professores, animadores, advogados), assim como com ocupações ligadas à sua infra-estrutura tecnológica (operadores de informática, instaladores de redes telefónicas), for superior ao número de trabalhadores com ocupações directamente produtivas (agricultores, mineiros, operários). Contudo, Webster questiona os critérios e a metodologia usados para determinação das “profissões da informação” que, na maior parte das vezes, resultam em simplificações que colocam na mesma categoria profissões com conteúdos muito distintos.

A *definição espacial* enfatiza a importância das redes que permitem ligar, em tempo real, lugares geograficamente distantes e as suas implicações na reorganização e na apropriação do binómio espaço/tempo. John Goddard (1992, *in* Webster, 1995: 18-19) salienta que a informação, “recurso estratégico-chave” na economia mundial, processada e tratada em tempo real pela infra-estrutura tecnológica que constituem as TIC, tem um papel facilitador nas relações comerciais e económicas, bem como na gestão de questões políticas. Conclui que a redução dos constrangimentos de distância espacial transforma a economia de hoje numa economia verdadeiramente global.

A última definição proposta por Webster é a *definição cultural*. Esta é normalmente a mais referida mas, ao mesmo tempo, a de mais difícil apreensão e medição. Parte da constatação de que em nenhum outro tempo da História circulou uma tão grande quantidade de informação como nos dias de hoje. Este fenómeno ficou a dever-se à diversificação e à proliferação dos *media* que tornaram acessível, à grande maioria dos cidadãos, todo o tipo de informação.

O autor conclui que, de um modo geral, se colocam dificuldades à afirmação de qualquer uma das definições, na medida em que todas elas se fundamentam na demonstração de discutíveis indicadores de natureza quantitativa, deixando muitas questões fundamentais por responder. A mais relevante de todas será, porventura, se mais informação resulta em pessoas mais informadas.

Subsistem, assim, sérias dúvidas sobre a validação do conceito de “sociedade da informação”, bem como das modalidades de aferição da sua emergência.

Todavia, influentes pensadores contemporâneos arriscam uma ideia de “sociedade da informação”. Merecem relevo Daniel Bell, teórico da “sociedade pós-industrial”, e Manuel Castells, que nos propõe “o modo informacional de desenvolvimento” para a compreensão da nossa contemporaneidade.

Bell desenvolveu a sua teoria nos anos 70 do século XX, numa visão antecipatória das transformações sociais que só mais tarde viriam a ocorrer. Após longos séculos de “sociedade pré-industrial”, apoiada em actividades extractivas, e um século de “sociedade industrial”, baseada na indústria transformadora, surge a “sociedade pós-industrial” caracterizada pela expansão dos serviços na qual a informação e o conhecimento teórico ganham importância estratégica. À “tecnologia da máquina”, característica da sociedade industrial, sucede a “tecnologia intelectual”. Esta não vem substituir a actividade da indústria; vem antes apoiá-la, melhorá-la e facilitá-la, libertando os seus activos para actividades ligadas à informação e ao conhecimento.

Pautada por princípios meritocráticos, a “sociedade pós-industrial” promove os indivíduos pela sua educação e pelo seu conhecimento, mais do que pela sua origem e fortuna. Este é o modelo de organização social que permitirá extinguir o problema de escassez de bens materiais. No entanto, outro tipo de escassez surgirá: a escassez de informação e de tempo (Bóia, 2003: 44-46).

Castells subscreve a maior parte das ideias de Bell, nomeadamente a centralidade conquistada pela informação e pelo conhecimento na sociedade contemporânea. Na trilogia *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, este autor descreve a sociedade “informacional” como um modelo de sociedade que se organiza em torno de um novo paradigma sócio-técnico consubstanciado nos seguintes princípios: i) a informação é trabalhada como matéria-prima; ii) rápida difusão das TIC e dos seus efeitos, e sua aplicação em todos os domínios da experiência humana, possível através do seu custo cada vez menor e dos seus desempenhos cada vez melhores; iii) advento da lógica de rede em todos os sistemas, devido à utilização das TIC; iv) flexibilidade para a reconfiguração do próprio paradigma, já que este caracteriza uma sociedade em constante mudança; v) convergência de tecnologias autónomas para um sistema amplamente integrado (Cardoso, 1998; Sousa, 2004: 3).

Trata-se, pois, de um paradigma aberto, tecido numa malha de redes altamente complexas e de imparáveis fluxos que não se limitam exclusivamente à informação, mas também a outras matérias da actividade humana como o trabalho, o capital ou os bens.

Na sociedade “informacional” o processamento e a manipulação de símbolos (imagens, sons e mensagens), assim como a utilização das TIC, tornam-se nos factores críticos de produtividade e de competitividade dos sistemas económicos. Na visão de Castells, o novo sistema de produção determina uma nova economia global na qual as matérias-primas e o trabalho não especializado perdem a sua importância estratégica. Este novo mapeamento da economia conduzirá à redefinição da estrutura do emprego que se tornará, necessariamente, mais instável e flexível.

Neste cenário, as competências do “trabalhador da informação e do conhecimento” resultam da sua educação e da sua formação, do acesso aos fluxos nos quais a informação e o conhecimento circulam e da sua capacidade de os perceber e de os organizar (Bóia, 2003: 48-51).

A sociedade “informacional”, tal como nos é proposta por Castells, caracteriza-se, ainda, pelo advento de uma cultura de virtualidade resultante dos fluxos de imagens,

sons e mensagens produzidos pelos novos *media*. Esta estará na base da formação de novos padrões de representação e de comunicação na nossa sociedade (Bóia, 2003: 49; Sousa, 2004: 3).

A capacidade de utilização das TIC e o acesso aos fluxos de informação e comunicação que cruzam o mundo definirão as condições de existência de cada país e de cada região. Deste modo, o poder das organizações e dos indivíduos fica dependente do seu posicionamento em relação às redes e aos fluxos de informação e de conhecimento, enquanto que o poder dos Estados será determinado pela importância estratégica atribuída ao desenvolvimento das TIC. Um Estado que não acompanhe o contínuo desenvolvimento tecnológico, tornar-se-á, rapidamente, num Estado fraco. A partir desta distinção, poucos serão integrados na sociedade “informacional” e muitos irão constituir o exército dos excluídos (Bóia, 2003: 47-51).

Esta supremacia resultará na afirmação desesperada de identidades colectivas nas sociedades marginalizadas, que desafiarão a globalização e o cosmopolitismo em prol das especificidades culturais e do controlo dos seus destinos (Bóia, 2003: 51; Sousa, 2004: 4). Castells antevê, assim, um futuro marcado pela difícil coexistência entre diferentes realidades: a uma economia de escala global e a uma rede de informação mundial, contrapõe-se a afirmação dos nacionalismos e regionalismos das sociedades civis.

Na sua recente passagem por Portugal para o lançamento da obra *A Galáxia Internet*, Castells reforçou, na conferência “Modelos da sociedade em rede: uma perspectiva intercultural”, a ideia de que “o que nos está a acontecer é uma reorganização social, de evolução de uma sociedade industrial para uma sociedade em rede” (*in* Figueiredo, 2004: 52) na qual a “rede-mãe” é a Internet. O sociólogo alertou, mais uma vez, para um mundo que será, cada vez mais, diferenciado pelo acesso a um conhecimento partilhado e no qual as peças-chave do desenvolvimento “são o trabalho flexível e as universidades” (*in* Figueiredo, 2004: 52).

A antevisão de uma nova ordem social organizada em torno de mecanismos de inclusão e exclusão, ditados pelo acesso à informação, preocupa numerosos pensadores da contemporaneidade que não deixam de lançar alguns alertas, os quais merecem a nossa reflexão.

Cees Hamelink, responsável pelo Departamento de Comunicação da Universidade de Amesterdão, fala de uma “sociedade da informação” desigual e assimétrica, na qual a Internet é “um grande instrumento... para 4% da população mundial, na América e na Europa” (Hamelink *in* Santos, 2002: 5). Segundo este académico, as promessas de democratização trazidas pela “sociedade da informação” estão muito longe de serem cumpridas devido, em parte, aos seus mecanismos intrínsecos de exclusão. As TIC, apesar de acessíveis nas sociedades desenvolvidas, têm um preço que a maior parte da população mundial, que é pobre, não pode pagar. Mais uma vez a exclusão reside numa questão de dinheiro, numa questão de pobreza que é “(...) um problema estrutural e, por isso, são necessárias mudanças fundamentais no sistema económico internacional, uma redistribuição” (Hamelink *in* Santos, 2002: 5).

Philippe Quéau, responsável pela área da sociedade da informação da UNESCO, parece partilhar das mesmas preocupações quando refere que, apesar da enorme quantidade de informação disponível na Internet, “há poucos conteúdos úteis para os países em desenvolvimento, nomeadamente conteúdos locais” (in Santos, 2002: 5). Esta escassez de informação parece ser ainda mais aguda nos países pobres cuja língua é pouco falada. A constatação desta assimetria leva este alto responsável da UNESCO a defender a promoção da diversidade de línguas na Internet.

É precisamente a UNESCO que, apesar de ter privilegiado durante longos anos a expressão “sociedade da informação”, nos propõe a sua substituição pela ideia de “sociedades do saber”, de modo a tornar possível a ligação entre as tecnologias e a preservação da diversidade cultural (Mattelart, 2003: 21).

Não obstante a multiplicação de teorias e de opiniões sobre a “sociedade da informação”, questioná-la, bem como reflectir sobre as transformações que esta traz às nossas sociedades, parecem continuar a ser tarefas prioritárias. O que é que a “sociedade da informação” nos traz de novo? Que desafios nos coloca?

O desenvolvimento e a proliferação das TIC trazem-nos, indubitavelmente, novas oportunidades de comunicação. E estas criam imaginários proféticos, próprios de cada salto dado no domínio do tempo histórico, nos quais se reciclam promessas de uma sociedade mais justa (Mattelart, 2003: 21).

Cádima (1999: 11) apresenta-se optimista, quase imaginando um novo jardim do Éden, ao afirmar que “nesta recontextualização comunicacional emerge um novo dispositivo pós-mediático e uma profunda revolução dos procedimentos societais (...)” que “(...) não servirá o arbítrio do déspota, mas provocará antes uma cidadania partilhada, participada, como jamais na História se viu”.

Para o desenvolvimento de uma “sociedade da informação”: desafios e perspectivas

Mas o dever de uma sociedade mais democrática e igualitária no actual quadro de desenvolvimento só poderá ocorrer se um conjunto de desafios for ultrapassado.

O primeiro destes desafios é o *do combate à “info-exclusão”*, preconizada por Castells como uma nova forma de agudização da exclusão das franjas das sociedades desenvolvidas, bem como do colectivo das sociedades menos avançadas. Deste modo, é possível antever um mundo dividido entre os “info-ricos”, aqueles que podem aceder às novas infotecnologias, e os “info-pobres”, aqueles que por razões económicas e culturais não lhes podem aceder. Assim, este combate à “info-exclusão” passa não só pela questão económica, que constitui a generalização do acesso às TIC e à informação por parte das populações mais desfavorecidas, como pela questão educativa e cultural que representa a sua sensibilização e o treino das suas competências para a utilização destes novos dispositivos.

Daqui resulta o *desafio da alfabetização “informacional”*, já que a pessoas informadas não correspondem, necessariamente, pessoas bem formadas.

Bell e Castells enfatizam a relevância da educação e da formação dos indivíduos para o desenvolvimento de uma “sociedade da informação” meritocrática.

Neste sentido, o desafio da alfabetização, que deve ser massiva, contém dois domínios de competência: a literacia tecnológica e a literacia para a interpretação, processamento e produção de informação. Não chega que os indivíduos acedam à informação disponível nas redes através da sua habilidade para operar com as TIC. É necessário, sobretudo, que esses mesmos indivíduos saibam o que fazer com a informação da qual dispõem, que a saibam interpretar com devido sentido crítico, que a saibam processar de acordo com os seus objectivos e que a saibam utilizar na produção de nova informação.

A necessidade de aumentar os níveis de alfabetização e de literacia funcional nas sociedades menos favorecidas não é uma questão nova. Contudo, ganha maior dimensão e maior urgência de resolução na “sociedade da informação”, se tivermos em conta que aos iletrados no sentido convencional somar-se-ão os “novos” iletrados, ou seja, aqueles que não dominam o novo alfabeto das infotecnologias.

O terceiro desafio resulta, em parte, do segundo: é o *desafio da profissionalização para a “sociedade da informação”*. Neste novo modelo de organização social a estrutura do emprego será dominada pelos “analistas simbólicos”, conceito introduzido por Reich para designar os “profissionais da informação”. Assim, o trabalho indiferenciado e pouco qualificado perderá a sua importância estratégica. As profissões tradicionalmente consideradas manuais, desde a agricultura à indústria, adquirem uma faceta “informacionalizada” com a introdução de computadores e de outras infotecnologias no seu *modus operandi*.

Na “sociedade da informação”, os motoristas passam a utilizar o GPS (*Global Positioning System*) para a identificação dos percursos a realizar e os serralheiros passam a utilizar o CNC (*Command Numeric Control*) para uma perfeita e rápida execução dos seus produtos. Por isso, há que qualificar e flexibilizar os trabalhadores para um mercado de emprego caracterizado pela introdução das TIC, pela incerteza e pela imprevisibilidade.

Muitos outros desafios terão sido excluídos desta curta elencagem. No entanto, foi nossa intenção identificar apenas os desafios a vencer para a construção de uma “sociedade da informação” democrática, justa e igualitária, tal como alguns autores a profetizam.

Que percurso para Portugal em direcção à “sociedade da informação”? Das políticas europeias às políticas nacionais.

Importa aqui reflectir sobre o posicionamento de Portugal, país tradicionalmente caracterizado como “semi-periférico” e “desfavorecido”, face aos desafios colocados pela “sociedade da informação”.

Cádima faz, em *Desafios dos Novos Media: A nova ordem política e comunicacional* (1999: 39-48), uma cuidadosa análise das características do pequeno país periférico que é Portugal, no contexto da sua integração na União Europeia (UE).

Nesta análise, situada em meados dos anos 90, o autor conclui que: i) vários estudos revelam que a grande maioria da população portuguesa entre os 15 e os 64 anos apresenta baixos níveis de literacia funcional; ii) o nosso país apresenta, a par com a Grécia, a mais baixa percentagem de investimento em I&D; iii) os níveis de consumo em Portugal estão também, claramente, na cauda da Europa, nomeadamente os níveis de consumo no plano da cultura, da educação e do lazer; iv) Portugal regista os mais elevados custos da UE nos domínios das tarifas telefónicas e do consumo de energia.

A partir destes factos, seria de prever um conjunto de condicionantes que ditariam o atraso estrutural do nosso país no que se refere à penetração das TIC na transição para a “sociedade da informação”.

Curiosamente, a análise de Cádima revela-nos alguns indicadores de natureza quantitativa que demonstram precisamente o contrário: i) no final dos anos 80, Portugal é o segundo país da UE com a mais alta taxa de penetração e recepção de TV por satélite; ii) em 1996, a TV Cabo apresenta um crescimento 20% acima do previsto; iii) no mesmo ano, Portugal tem um parque de seiscentos mil computadores, prevendo-se um crescimento de 300% (1,8 milhões de máquinas) até ao ano 2000; iv) ainda em 1996, a subscrição de serviços de ligação à Internet crescia a um ritmo muito superior ao previsto pelos operadores; v) em 1998, a taxa de penetração dos serviços de telecomunicações móveis em Portugal andava na ordem dos 19 telemóveis por cada 100 habitantes, taxa esta superior à da grande maioria dos países desenvolvidos da UE.

Importa, no entanto, extrair destes indicadores alguma informação de natureza qualitativa que nos ajude a compreender em que sectores da sociedade se registaram estas transformações. Vejamos, por exemplo, a distribuição das aquisições dos 207 mil computadores vendidos em Portugal no ano de 1996. Uma leitura destes dados leva-nos a concluir que quase $\frac{1}{4}$ das aquisições se destinou ao mercado doméstico. Se lhe somarmos os valores destinados ao mercado empresarial e às profissões liberais, concluímos que 84% das aquisições foram realizadas pelo sector privado.

A partir de toda esta análise se pode iniciar uma problematização acerca da apetência da sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, do aparente imobilismo do Estado, da Administração Pública e das Universidades em relação à oferta de novas tecnologias, característica da transição para a “sociedade da informação”.

Parece oportuno, neste momento, enfatizar a posição de Castells quando defende que o poder dos Estados será determinado pela importância estratégica atribuída ao desenvolvimento das TIC.

O que têm feito os governos do nosso país para promover o desenvolvimento da “sociedade da informação” de forma a evitar a agudização da perifericidade que nos caracteriza? Que políticas foram concebidas e implementadas em Portugal para responder aos desafios da “sociedade da informação”?

A Europa Comunitária começou a revelar algumas preocupações com o desenvolvimento da “sociedade da informação” no início da década de 90 do século passado devido, em parte, às iniciativas conduzidas nesta matéria por outros blocos económicos e políticos fortes como o Japão, o Canadá e, sobretudo, os Estados Unidos.

No Livro Branco da Comissão Europeia *Crescimento, competitividade e emprego, os desafios e vias de acção para a entrada no século XXI*, publicado em 1993, é já possível identificar algumas preocupações com o desenvolvimento da “sociedade da informação” no espaço europeu (Junqueiro, 2002: 170-171).

No ano seguinte, é apresentado no Conselho Europeu o Relatório Bagemman – *Europa e a Sociedade da Informação Global*. É no quadro definido por este relatório que a Comissão Europeia apresenta e publica, ainda em 1994, o documento *Europe’s way to the information society*. Neste plano de acção são definidas as linhas de orientação para a intervenção da Comissão Europeia e dos governos nacionais no desenvolvimento de uma “sociedade da informação” na Europa comunitária. Estava dado, assim, o primeiro passo para as reflexões que conduziriam à concepção das primeiras políticas e à implementação das primeiras iniciativas no âmbito do desenvolvimento “informacional” das sociedades europeias (Cardoso, 1998).

De referir que, por esta altura, os indicadores referentes ao desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal revelavam um país em estado de pré-digitalização.

Em 1995 termina, no nosso país, o mandato do XII Governo Constitucional liderado pelo Prof. Cavaco Silva. A prioridade concedida ao dossier das reformas estruturais na área da comunicação social, conduzido pessoalmente pelo primeiro-ministro, assim como a recente elaboração do plano de acção *Europe’s way to the information society*, haviam deixado pouco espaço e pouco tempo para a intervenção no domínio da sociedade da informação. Daí que, na campanha eleitoral para as legislativas desse ano, PSD e PS tivessem apresentado o desenvolvimento deste sector como prioridade de intervenção nos seus programas de governo.

A vitória do PS nas eleições legislativas e a formação do XIII Governo Constitucional liderado pelo Eng.º António Guterres trouxeram uma nova paisagem à condução das políticas para esta matéria. Se por um lado “(...) não houve mudanças de grande significado na condução das políticas do sector [das telecomunicações] durante o primeiro mandato de António Guterres, o mesmo não pode afirmar-se em relação à chamada ‘sociedade da informação’” (Sousa, 2000: 48). Pela primeira vez, um governo considera fundamental a introdução das TIC nos tecidos económico e social como factor crítico para a competitividade da economia nacional, afirmando no seu programa o reconhecimento político da emergência da “sociedade da informação” (Cardoso, 1998 e Sousa, 2000: 48).

Assim, foram definidos objectivos para a acção governativa na área do desenvolvimento da “sociedade da informação” que passaram pelo reforço da infra-estrutura científica e tecnológica, pelo crescimento da oferta e da utilização das TIC, pela utilização destas na modernização e racionalização da Administração Pública e pela formação para este sector (Sousa, 2000: 48).

A partir daqui, a análise e o enquadramento das questões relativas à sociedade da informação são incluídos nos instrumentos de planeamento (por exemplo, Grandes Opções do Plano), nos documentos de orientação das instâncias consultivas (por exemplo, Conselho Económico e Social) e nos instrumentos de concertação social.

Em 1996, o Ministro da Ciência e da Tecnologia cria a Missão Sociedade da Informação, cujo trabalho mais relevante foi a elaboração do *Livro Verde para a Sociedade da Informação*, apresentado em Abril de 1997. Recusando a cópia directa dos modelos de intervenção enunciados nos documentos da Comissão Europeia, este *Livro Verde* toma em consideração as especificidades da realidade nacional na construção de uma “sociedade da informação” em Portugal (Cardoso, 1998).

Se até aqui se havia deixado que a evolução para o modelo “informacional” de desenvolvimento acontecesse ao acaso, com a elaboração do *Livro Verde* o governo dá um passo decisivo para a participação nessa mesma evolução, através da concepção e implementação de políticas concretas para o desenvolvimento de uma “sociedade da informação”.

Respeitando a importância das lógicas de mercado nesta reconfiguração do modelo de organização social, o *Livro Verde* não deixa de reconhecer, também, o papel fundamental do Estado em todo o processo. Neste sentido, escrutina os sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento da sociedade da informação e propõe medidas concretas de intervenção para estes sectores que passam por: i) garantia de democraticidade no acesso à sociedade da informação; ii) abertura do Estado à introdução de redes digitais para maior transparência e facilidade na prestação de serviços; iii) disponibilização do conhecimento e do saber nas redes globais; iv) colocação, em todas as escolas, de acessos à Internet; v) envolvimento do tecido empresarial na sociedade da informação, para o aumento da competitividade da economia nacional; vi) preparação para as transformações na estrutura do emprego; vii) desenvolvimento de um mercado interno de conteúdos e de serviços de informação; viii) reforço da rede científica nacional para potenciar a I&D; ix) investimento numa infra-estrutura nacional de informação.

Em sequência destas propostas, são lançados, em 1998, os primeiros programas nacionais para a sociedade da informação. Para além de iniciativas diversas na área dos acessos às redes, são de salientar a Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico, o Programa “Cidades Digitais” e o Programa “Internet na Escola”.

Do ponto de vista político e social, estas iniciativas governamentais não geraram grande controvérsia (Sousa, 2000: 50). O facto de terem sido vistas como parte integrante de um desenvolvimento entendido como “natural” permitiu a sua implementação num clima de pacifismo político e de algum entusiasmo por parte dos actores envolvidos.

Em Dezembro de 1999, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, apresenta o novo projecto “e-Europe: uma Sociedade de Informação para Todos”, o qual desencadeia o pedido à Comissão de preparação de um plano de acção até Junho de 2000.

Assim, é aprovado pela UE, na Cimeira de Lisboa de 2000, o ambicioso Plano de Acção “e-Europe 2002: Uma Sociedade da Informação para Todos” que define como objectivo tornar a Europa na “economia mais competitiva do mundo, baseada na inovação e no conhecimento, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

Neste plano de acção, a UE definiu como metas, a atingir até ao final de 2010, a redução das tarifas de acesso à Internet em todo o espaço europeu, tornando-as nas

mais baratas do mundo, o estímulo à competição entre redes de acesso local, o desenvolvimento de infra-estruturas e de projectos de informação, a colocação de acessos a redes de banda larga nas universidades de toda a Europa e a melhoria da segurança das transacções *online*. Pretendia-se, ainda, actuar ao nível dos recursos humanos disponibilizando serviços e recursos educacionais na Internet, introduzindo a utilização das TIC nos currículos escolares, assegurando que todos os alunos concluíssem a escolaridade obrigatória de forma “digitalmente esclarecida” e proporcionando aos activos uma formação contínua ao longo da vida (Junqueiro, 2003: 254).

É neste quadro que a sociedade da informação se constitui como prioridade de intervenção ao nível do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), sendo contemplada de forma transversal na generalidade dos programas que o integram.

Em Portugal, e no contexto deste QCA, é lançado um programa específico para o desenvolvimento do sector: o Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), aprovado pela Comissão Europeia em Julho de 2000. No âmbito deste programa, é definido “um conjunto de apoios financeiros dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE) a projectos no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento”, no nosso país www.posi.pcm.gov.pt/. Ao mesmo tempo, coube ao POSI o papel de dinamização da sociedade da informação enquanto prioridade transversal de outras intervenções operacionais, bem como a disseminação de boas práticas nesta área.

O POSI, lançado para o período de seis anos previsto no III QCA (2000-2006), configurou um instrumento de intervenção estruturante para o desenvolvimento da “sociedade da informação” em Portugal, não só por ter integrado a dinamização e o financiamento de um conjunto de iniciativas e de medidas que até então tinham sido tratadas no terreno de forma mais “avulsa”, como também por conter uma considerável dotação financeira para a sua execução.

Enquanto cidadãos atentos ao desenvolvimento de uma “sociedade da informação” no nosso país, cabe-nos questionar se este programa estará a cumprir os objectivos a que se propôs inicialmente. E cabe-nos, igualmente, procurar saber de que forma o POSI está a responder aos desafios que uma “sociedade da informação” democrática, justa e igualitária coloca a um país menos favorecido no contexto europeu como é Portugal.

Contributo do programa operacional sociedade da informação para o desenvolvimento “informacional” da sociedade portuguesa

A preparação do POSI beneficiou do amplo debate sobre a sociedade da informação, levado a cabo por ocasião da elaboração do *Livro Verde*, bem como das conclusões das quatro reuniões de âmbito nacional *Fórum da Sociedade da Informação*.

Contudo, foi realizada ainda uma análise dos pontos fracos e dos pontos fortes do desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal, de forma a adequar o programa operacional para este sector às necessidades nacionais. Os resultados dessa análise evidenciavam que, apesar dos esforços levados a cabo pelo governo no sentido de desenvolver a sociedade da informação, o nosso país continuava a revelar

um atraso estrutural nesta matéria. Este atraso era atribuído, essencialmente, à persistência de baixos níveis de literacia e cultura científica entre a população portuguesa e ao reduzido investimento do tecido empresarial em actividades de investigação e desenvolvimento (www.posi.pcm.gov.pt/).

Daí resultou uma preparação que teve em linha de conta a multiplicidade de sectores envolvidos na construção da sociedade da informação, articulando um programa de base – o POSI – com componentes sectoriais desconcentradas previstas no âmbito de outras intervenções operacionais.

Uma análise atenta ao texto integral do POSI (www.posi.pcm.gov.pt/) permite-nos identificar, logo à partida, a definição de vários níveis de objectivos para a sua implementação. Inspirado nos dois principais eixos de acção definidos pelo Programa do XIV Governo em matéria de política para a sociedade da informação, bem como nos principais objectivos definidos no Plano de Acção e-Europe 2002, o texto do POSI tece uma complexa malha de objectivos, por vezes difícil de apreender.

Partindo do primeiro eixo de acção da política do governo, “desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento”, é definido como objectivo prioritário a nível nacional “acelerar a modernização do país e assegurar um crescimento económico sustentável”. O segundo eixo de acção, baseado na igualdade de oportunidades, tem em conta “que uma grande parte da população portuguesa não dispõe ainda da possibilidade de beneficiar plenamente de meios de acesso às modernas tecnologias da informação e transmissão de conhecimento” (POSI, 2001: 3) e, por isso, coloca ênfase na questão dos acessos.

Uma análise atenta aos quinze objectivos gerais do POSI (ver Tabela I) permite-nos afirmar que estes enunciam, claramente, não só as boas intenções do governo português e da UE no que se refere à política para o desenvolvimento da sociedade da informação, como também a preocupação de atenuar os pontos fracos identificados no estudo realizado no âmbito da preparação deste programa operacional.

Para uma melhor organização da nossa leitura crítica em relação aos quinze objectivos gerais do POSI, estes foram categorizados em cinco grupos correspondentes a cinco diferentes domínios de intervenção para o desenvolvimento da sociedade da informação. Assim temos a seguinte divisão:

- Primeiro grupo – Democratização dos acessos (objectivos 1, 2, 3, 4, 5 e 13);
- Segundo grupo – Colocação de conteúdos portugueses na Internet (objectivo 6);
- Terceiro grupo – Desenvolvimento de competências (objectivos 7 e 8);
- Quarto grupo – Modernização da Administração Pública (objectivos 9, 10, 11 e 12);
- Quinto grupo – Promoção de actividades de I&D (objectivos 14 e 15).

À primeira vista, poder-se-á afirmar que os objectivos gerais do POSI procuram dar resposta aos desafios colocados por uma “sociedade da informação” democrática, justa e igualitária, na medida em que parecem privilegiar as questões da garantia de democraticidade nos acessos e da qualificação da estrutura do emprego.

Contudo, são de referir a excessiva ênfase na multiplicação de acessos às TIC em detrimento da sensibilização para a sua efectiva utilização, bem como a superficialidade da formação para a alfabetização “informacional”.

Uma leitura mais atenta leva-nos a comentar que se colocaram na mesma categoria de “objectivos gerais” objectivos com distintos alcances. Há, de facto, uma evidente confusão entre objectivos gerais e objectivos específicos, nomeadamente no interior de cada um dos grupos por nós convencionado.

De referir, ainda, casos de colocação de dois objectivos distintos na mesma formulação, de imprecisão na definição de indicadores quantitativos, contida nas expressões “multiplicar por quatro” e “multiplicar por mil” sem o estabelecimento de valores-base, e de outros tipos de formulações vagas como “tão depressa quanto possível”, “reduzir drasticamente” ou “caminhar no sentido de criar condições para”.

As falhas observadas na definição dos objectivos gerais, quer do ponto de vista do conteúdo, quer do ponto de vista da forma, permitem-nos questionar se a concepção do POSI se adequa, de facto, ao imperativo de preparação da sociedade portuguesa para os desafios da “sociedade da informação e do conhecimento”.

Para responder mais seguramente a esta questão, parece-nos pertinente realizar uma breve análise à estrutura de programa que resultou da definição dos objectivos gerais do POSI (ver Tabela II).

Nesta análise é possível verificar que o POSI se estruturou em três “Eixos Prioritários” que por sua vez se desdobram em uma ou mais medidas específicas.

O Eixo Prioritário 1 – *Desenvolver Competências* – apresenta como objectivos, dotar todos os cidadãos com qualificações básicas em TIC, assegurar a melhoria da qualidade de vida, garantir o aumento da competitividade das empresas e aumentar a qualidade da Administração Pública. É curioso verificar que estes objectivos são, ao mesmo tempo, um pouco vagos e pouco orientados para a questão das competências enquanto resultado da qualificação da população para uma estrutura de emprego “informacional”.

Ainda no âmbito deste Eixo Prioritário, são definidas três medidas: 1. 1. “*Competências básicas*”; 1. 2. “*Formação Avançada*”; e 1. 3. “*Investigação e Desenvolvimento*”, que parecem responder ao desafio do combate à “info-exclusão”, ao desafio da alfabetização “informacional”, bem como ao desafio da profissionalização. O POSI espera que o seu contributo para a certificação de competências básicas e para a massificação do uso das TIC signifique a elevação das qualificações da população, bem como a sua preparação para as profissões do futuro, atenuando desta forma os factores de vulnerabilidade estrutural que caracterizam o sistema de emprego nacional e induzindo a empregabilidade em actividades competitivas. No entanto, são de salientar algumas limitações de resposta ao desafio da alfabetização “informacional”, já que o desenvolvimento de competências enunciado coloca-se a um nível estritamente tecnológico, sem qualquer preocupação com a literacia para o tratamento de informação. Há ainda a acrescentar algumas dificuldades à execução destas medidas devido ao complexo processo de acreditação de entidades emissoras do Diploma de

Competências Básicas (DCB) e à morosidade no processo de concessão de bolsas para formação avançada.

O Eixo Prioritário 2 – *Portugal Digital* – enuncia ambiciosos objectivos ao nível da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que passam pela elevação da qualidade do sistema de ensino, pela melhoria da prestação de cuidados de saúde e pelo alargamento do acesso à cultura e ao conhecimento através da familiarização com as infotecnologias. Apresenta ainda objectivos ao nível do aumento da competitividade do tecido empresarial português através da sua integração na economia global. Com este Eixo Prioritário “pretende-se que a mudança imposta pelo novo paradigma económico e social em que se traduz a sociedade da informação e do conhecimento se desenvolva de forma regionalmente equilibrada, socialmente participada e politicamente democrática e concorra para o reforço da coesão económica e social” (POSI, 2001: 23).

Trata-se, mais uma vez, de um conjunto de objectivos formulado de forma muito genérica. No entanto, o desdobramento deste Eixo Prioritário em quatro medidas específica e clarifica os objectivos mais gerais até aqui apresentados. A medida 2. 1. – “*Acessibilidades*” – aposta na generalização dos acessos à Internet, através da colocação de equipamento e de acessos de banda larga em diversos tipos de instituições públicas e de associações da sociedade civil com o objectivo de combater a “info-exclusão”.

Na medida 2. 2. – “*Conteúdos*” – são enunciados objectivos ao nível da produção, disponibilização e estímulo à procura de conteúdos, nomeadamente de natureza educativa e formativa ou contendo informação de interesse público para os cidadãos. A medida 2. 3. – “*Projectos Integrados: Das Cidades Digitais ao Portugal Digital*” – pretende expandir e aprofundar o programa “Cidades Digitais” iniciado em 1998, através do estabelecimento de parcerias a nível local. Por fim, a medida 2. 4. – “*Ações Integradas de Formação*” – constitui uma medida complementar de formação em TIC aos projectos da medida anterior.

Este Eixo Prioritário do POSI foi concebido em articulação com o Programa “Cidades Digitais” que já havia realizado algumas intervenções de carácter experimental no terreno, o que constitui um aspecto positivo pela integração de oportunidades e de sinergias contidas nos dois programas. Contudo, esta articulação poderá constituir uma condicionante em matéria de execução se não for bem planeada do ponto de vista burocrático.

Os objectivos e as medidas do Eixo Prioritário 2 do POSI parecem responder ao desafio do combate à “info-exclusão”, embora com ênfase quase exclusiva na questão infra-estrutural. Ao nível dos acessos, o POSI espera que o seu impacto se concretize pelo combate às assimetrias regionais quase sempre indutoras de assimetrias sociais. Assim, pretende-se que todos os cidadãos tenham, em condições de igualdade, acesso generalizado às TIC, através da “Rede de Espaços Internet” de acesso público em todas as freguesias, das iniciativas “Computadores para todos” e “E-mail para todos” e da cobertura de todas as escolas dos ensinos básico e secundário.

Todavia, dever-se-á ter em linha de conta a concepção da medida 2. 4., promotora de acções de formação para as “Cidades Digitais”, pese embora o facto de o seu texto ser omissivo em relação aos conteúdos a privilegiar nesta formação.

Ainda que de forma indirecta, poder-se-á afirmar que este Eixo Prioritário procura responder ao desafio da profissionalização, já que as suas medidas, nomeadamente a medida 2. 2. “*Conteúdos*”, poderão induzir a criação de empregos típicos de uma “sociedade da informação”.

O Eixo Prioritário 3, *Estado Aberto – Modernizar a Administração Pública*, apresenta um longo texto de descrição de objectivos gerais, no qual estes não se encontram claramente enunciados. É possível, contudo, extrair deste texto a intenção de introduzir a utilização das modernas TIC no processo de modernização administrativa, quer do ponto de vista dos procedimentos, quer do ponto de vista dos comportamentos, de modo a flexibilizar o acesso à Administração Pública por parte dos utentes, bem como a obter ganhos de eficiência através da racionalização do seu funcionamento interno.

Este Eixo Prioritário do POSI foi articulado com o Eixo Prioritário 3 do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) – “*Qualificar para Modernizar a Administração Pública*” – de modo a assegurar a necessária qualificação dos milhares de funcionários da máquina pública para a anunciada modernização administrativa. Esta associação entre os dois programas operacionais permite que o Eixo Prioritário 3 do POEFDS responda aos desafios da alfabetização “informacional” e da profissionalização para a “sociedade da informação” no que se refere a uma população específica, mas representada de forma significativa na estrutura do emprego nacional: os funcionários da Administração Pública Central. Todavia, há a questionar, mais uma vez, a relevância dada à alfabetização tecnológica em detrimento da alfabetização para o tratamento de informação, facto que poderá minorar os efeitos desejados nesta esfera.

Este Eixo Prioritário contém apenas uma medida que assume a mesma denominação, a medida 3. 1. “*Estado Aberto – Modernizar a Administração Pública*”. Uma análise atenta à medida 3. 1. do POSI permite-nos concluir que esta se pode constituir em projectos de diferentes tipologias que visam alcançar objectivos diversos. Este facto aponta para a complexidade da sua execução, bem como para uma difícil medição dos seus impactos no terreno.

Os resultados desta análise crítica à estrutura de programa proposta pelo POSI, parece-nos validar a questão atrás enunciada: o POSI foi concebido de modo a responder aos desafios que o desenvolvimento de uma “sociedade da informação” coloca ao nosso país?

A resposta a esta questão não é definitiva. É notório que, na formulação da sua complexa teia de objectivos e na enunciação das suas medidas, esta intervenção operacional apresenta a preocupação de responder aos desafios de combate à “info-exclusão”, de alfabetização “informacional” e de profissionalização para a “sociedade da informação”. Todavia, apesar de o POSI ter sido concebido com muito boas intenções, há alguns pontos fracos a considerar. Por um lado, o facto de alguns destes objectivos terem sido formulados de forma confusa ameaça a clara operacionalização do programa no ter-

reno. Por outro lado, convém enfatizar o excessivo entendimento tecnológico das possíveis respostas aos desafios por nós identificados. A “info-exclusão” combate-se com a colocação de equipamentos e de acessos, deixando para segundo plano a sensibilização para a sua utilização. A alfabetização para a “sociedade da informação” consegue-se com formação em TIC, esquecendo a importância das competências de interpretação, tratamento e produção de informação. A profissionalização da sociedade aparece como resultado das respostas dadas aos desafios anteriores, sem considerar as suas visíveis limitações. Obviamente, não cabe ao POSI resolver os problemas de iliteracia e de baixa qualificação da população portuguesa. Estes são problemas estruturais, cuja resolução passa pela articulação de melhorias a nível educativo, formativo e cultural. No entanto, esta intervenção operacional encerra potencial para um contributo qualitativo nestes domínios, sem que este lhe seja suficientemente explorado.

A análise do contributo do POSI para o desenvolvimento “informacional” da sociedade portuguesa ficaria incompleta se nos limitássemos à leitura crítica da sua concepção. Assim, e de modo a obter alguma informação sobre a sua implementação, foram realizadas entrevistas a três atentos observadores da execução do POSI no terreno: ao administrador de uma instituição de I&D e a dois coordenadores de projectos financiados pelos diversos programas operacionais. Os resultados apurados nesta recolha constituíram matéria para a realização de uma quarta entrevista com o Gestor do POSI. Foi ainda realizada uma leitura crítica ao relatório da OCDE “*Measuring the Information Economy 2002*”.

Nas primeiras entrevistas realizadas foi possível apurar um conjunto de condicionantes à implementação do POSI, bem como o atraso que caracteriza a sua execução. Um dos entrevistados referiu a confusão na definição dos objectivos do programa e outro a excessiva ênfase na questão infra-estrutural dos acessos como condicionantes internas desta intervenção operacional, validando deste modo as conclusões da nossa análise conceptual e estrutural ao POSI. Segundo o Gestor do programa, a complexa teia de objectivos vagos e imprecisos, bem como a indefinição de tipologias de projectos e de públicos-alvo, constituíram dificuldades à implementação do POSI numa fase inicial. Estas resultaram não só da insuficiente experiência portuguesa no desenvolvimento da sociedade da informação, como também de uma estratégia intencional que procurava facilitar a negociação do programa com a UE.

Contudo, o atraso na execução do POSI parece não se dever apenas às dificuldades iniciais sentidas na sua implementação. Também a pesada máquina burocrática constituída à sua volta, o atraso na aprovação de projectos submetidos a candidatura e o atraso no pagamento dos financiamentos aprovados foram considerados factores decisivos para este atraso. O Gestor do POSI explica-nos que a burocracia caracteriza todos os programas operacionais por imposição do III QCA. Por outro lado, esta pode ser entendida como positiva e co-adjuvante, por constituir um elemento regulador na tramitação dos projectos. Quanto aos atrasos verificados na aprovação e no financiamento dos mesmos, estes ficam a dever-se mais às limitações impostas pela política de contenção do Orçamento de Estado do que à excessiva burocracia.

Todos os interlocutores entrevistados referem, ainda, que a alteração da cor política do governo em 2002 foi indutora de algum do atraso verificado na execução deste programa. A consequente substituição do gestor do POSI, bem como a revisão das políticas para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal, são apontadas como causas para um período menos expedito na sua execução.

Os três primeiros entrevistados arriscaram concluir que este programa não tem sido, até ao momento, um bom exemplo nem como intervenção operacional, nem como instrumento de política para o desenvolvimento da “sociedade da informação”. Esta opinião não é, obviamente, partilhada pelo Gestor do POSI para quem o programa representa uma determinante conquista nacional junto à UE e um importante instrumento de intervenção no território. O POSI apresenta, no entendimento deste interlocutor, resultados interessantes na área das acessibilidades e das “Cidades Digitais” e ao nível da sensibilização de autarcas para o desenvolvimento da sociedade da informação.

No documento “*Measuring Information Economy 2002*”, publicado pela OCDE, é possível analisar um conjunto de indicadores de natureza quantitativa, relativos ao desenvolvimento da sociedade da informação nos países-membros desta organização. Segundo este relatório, Portugal apresenta uma elevada taxa de penetração de bens e serviços em TIC, superior à de alguns parceiros europeus mais desenvolvidos, nomeadamente ao nível das telecomunicações. Este indicador poderia apontar um percurso optimista para o nosso país na transição para a “sociedade da informação”.

Contudo, a proporção de profissionais ligados às novas TIC (engenheiros e analistas de sistemas informáticos, programadores de computadores, operadores de equipamento de som e imagem, operadores de telecomunicações, entre outros) na estrutura do emprego nacional é de 0,7%, a segunda taxa mais baixa da Europa Comunitária, logo a seguir à da Grécia (0,3%). Portugal apresenta-se, deste modo, muito aquém da média europeia (1,4%), e ainda mais distante da Holanda, o país com maior taxa de ocupação neste domínio, com 2,8%. De referir que o contributo do sector TIC para o crescimento do emprego em Portugal apresenta taxas negativas (-0,1% na indústria e -0,2% nos serviços) o que contraria a tendência de crescimento positivo na generalidade dos países da UE e da OCDE.

O panorama do acesso às novas TIC no nosso país parece um pouco mais animador. Cerca de 40% dos lares portugueses possuem computador, metade dos quais com ligação à Internet, havendo uma forte tendência para este valor aumentar. Ao mesmo tempo, 75% das empresas portuguesas com dez ou mais trabalhadores possuem ligação à Internet. No entanto, a taxa de subscrição de serviços de ligação à Internet é ainda inferior ao das médias europeia e da OCDE.

A análise destes dados parece indicar que há que reformular as políticas para o desenvolvimento da “sociedade da informação” em Portugal. Se por um lado, se verifica uma elevada taxa de penetração das modernas TIC no nosso país, por outro lado, o aumento dos acessos parece evoluir a um ritmo mais lento. Todavia, o aspecto verdadeiramente preocupante é o facto de estas evoluções não se repercutirem na qualidade e na

quantidade do emprego. O impacto do POSI na indução da empregabilidade em actividades competitivas ligadas às novas TIC parece, assim, ficar aquém das expectativas.

Conclusões

O desenvolvimento de uma “sociedade da informação” democrática, justa e igualitária em Portugal parece depender mais do investimento nas pessoas do que no investimento nas tecnologias. Os desafios por nós identificados neste artigo para uma equilibrada transição para a “sociedade da informação” apontam precisamente nessa direcção. Contudo, as políticas concebidas e implementadas neste sector, ainda que bem intencionadas, parecem não estar a resultar nos efeitos esperados. A questão não se coloca apenas ao nível do atraso da sua execução, mas sobretudo ao nível da sua eficácia na resolução dos problemas que nos preocupam. À elevada taxa de penetração das TIC não têm correspondido idênticas evoluções a nível social. Muito há ainda a fazer em matéria de combate à “info-exclusão”, de alfabetização “informacional” e de profissionalização para a “sociedade da informação”. E se não forem tomadas medidas eficazes neste sentido, corremos o risco de caminhar para um modelo de organização social ainda mais desequilibrado, no qual abundarão não só as infotecnologias características das sociedades ricas, como também pessoas pouco literadas e qualificadas características das sociedades pobres.

A reformulação das políticas para a sociedade da informação em Portugal é, assim, necessária e urgente. Mas também a UE deverá proceder a idêntica reformulação. O documento “*Final Report for the Thematic Evaluation of the Information Society*” que apresenta as conclusões da avaliação realizada pela Technopolis ao desenvolvimento da sociedade da informação na Europa comunitária, publicado em Outubro de 2002, aponta a necessidade de realização de muito trabalho neste domínio.

Também o “*Relatório de avaliação do desempenho da iniciativa e-Europe 2002*” (p. 21) refere “(...) que a tecnologia pode avançar rapidamente, que a penetração da Internet pode explodir, mas que as mudanças sociais demoram mais tempo. Requer mudanças a nível da organização, uma alteração de mentalidades, a modernização da regulamentação, um comportamento diferente por parte dos consumidores e decisões políticas diferentes”.

Referências

- Bóia, J. M. P. (2003). *Educação e Sociedade: Neoliberalismo e os desafios do futuro* (1.ª ed.), Lisboa: Edições Sílabo.
- Cádima, F. R. (1999). *Desafios dos Novos Media: A nova ordem política e comunicacional* (2.ª ed.), Lisboa: Editorial Notícias.
- Cardoso, G. (1998). *A Causa das Questões ou o Estado à Beira da Sociedade de Informação* [Em linha] URL: <http://www.bocc.ubi.pt>
- Comissão das Comunidades Europeias (2002) *Relatório de Avaliação do Desempenho da Iniciativa e-Europe 2002*.

- Figueiredo, L. (2004, 14 de Fevereiro). Acesso à informação reorganiza distâncias. *Diário de Notícias*, p. 52.
- Junqueiro, R. (2002) *A Idade do Conhecimento: A nova era digital* (2.ª ed.), Lisboa: Editorial Notícias.
- Mattelart, A. (2001/2003). *Histoire de la société de l'information* (2.ª ed.), Paris: Ed. La Découverte.
- Mattelart, A. (2003, Dezembro) Cimeira mundial em Genebra: Lançar as bases de uma informação ética. *Le Monde diplomatique*, p. 21.
- Missão Sociedade da Informação (1997) *Livro Verde para a Sociedade da Informação*.
- OECD (2002). *Measuring the Information Economy* [Em linha] URL: www.oecd.org/sti/measuring-infoeconomy.
- Petrella, R. (2002). Le Devenir de l'éducation et de la formation. Les cinq pièges de politiques actuelles. In Miranda, J. B. e Silveira, J. F. (Org.), *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*, Lisboa: Vega.
- Programa Operacional Sociedade da Informação (2001). Complemento de Programação.
- Programa Operacional Sociedade da Informação (s/d). Texto integral do programa [Em linha] URL: <http://www.posi.pcm.gov.pt>
- Querido, P. (2004, 24 de Janeiro). Banda estrangulada. *Única (Sup. Expresso)*, pp. 76 e 77.
- Santos, I. G. (2002, 6 de Maio). Uma Sociedade da Informação desigual. *Computadores*, p. 5
- Skilbeck, M. (1998) Os sistemas educativos face à sociedade da informação. In *Na Sociedade da Informação: O que aprender na escola?* (2.ª ed.), Porto: Edições ASA.
- Sousa, H. (2000). Políticas da comunicação: reformas e continuidades. In Pinto, M. (coord.) *A comunicação e os Media em Portugal (1995-1999) Cronologia e leitura de tendências*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Sousa, H. (2003). Informação Internacional: Esboçando linhas de fronteira. *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, Vol. 20 (1-2).
- Sousa, H. (2004). Recensão da trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura” de Manuel Castells, *Comunicação e Sociedade*, 5.
- Technopolis (2002). *Final Report for Thematic Evaluation of the Information Society*.
- Webster, F. (1995/1999). *Theories of Information Society* (4.ª ed.), London: Routledge.

Tabela I – Pontos de partida para a formulação dos objetivos gerais do POSI

Conteúdos de partida		Objetivos	Objetivos gerais do POSI
Ponto de partida 1 – Eixos de acção de política para a Sociedade da Informação definidos no Programa do Governo	Eixos de acção <i>Eixo de acção 1</i> – Desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento	Acelerar a modernização do país e assegurar o crescimento económico sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a generalização do uso da Internet; • Criar condições para a oferta massiva de produtos adaptados ao mercado familiar de modo a multiplicar por quatro o número de computadores com ligação à Internet existentes nos lares portugueses; • Criar espaços públicos de acesso à Internet em todas as freguesias do País e generalizar a disponibilização e uso de e-mail pela população portuguesa (mais de um milhão em menos de três anos); • Generalizar a todas as escolas e agrupamentos de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico a Rede RCTS (que já assegura a cobertura integral de todas as outras escolas e das bibliotecas públicas municipais), assim como a todas as associações culturais e científicas, em condições de gratuidade para os utilizadores e de apoio à produção e exploração de conteúdos; • Estender o programa Cidades Digitais a todo o País; • Aprovar e executar um programa que conduza à multiplicação por mil dos conteúdos portugueses na Internet; • Lançar um processo nacional de formação e certificação de competências básicas em tecnologias da informação; • Associar um diploma de competências básicas em tecnologias da informação à conclusão da escolaridade obrigatória, de modo a que nenhum aluno a termine sem certificação de competências nessas tecnologias; • Caminhar no sentido da concretização do princípio do guichet único para cada acto administrativo, criando condições para a generalização de sistemas de informação na Administração Pública; • Reduzir drasticamente o uso de papel como suporte de informação pela Administração Pública, generalizando os suportes digitais para comunicação ou arquivo; • Promover a disponibilização através da Internet de toda a informação publicada por entidades públicas; • Caminhar tão depressa quanto possível para uma situação em que pelos menos 25% das transacções do Estado sejam efectuadas em modalidades de comércio electrónico; • Lançar e executar o primeiro Plano Nacional das Auto-Estradas da Informação, estimulando a oferta, a interconexão, o uso e a regulação das redes de banda larga, garantindo-se o pleno desenvolvimento deste sistema fundamental para o futuro do país; • Lançar um Programa de Investigação e Desenvolvimento nos domínios da Sociedade da Informação; • Lançar um Programa de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração no domínio do tratamento em computador da língua portuguesa, nas suas diversas variantes.
		<i>Eixo de acção 2</i> – Promoção da igualdade de oportunidades.	
Ponto de partida 2 – Plano de Acção e-Europe 2002	Objetivos gerais		
	<ul style="list-style-type: none"> – Promover uma Internet mais barata, mais rápida e mais segura; – Investir nas pessoas e nas qualificações; – Estimular a utilização da Internet. 		

Tabela II – Estrutura do POSI (*in* POSI, Complemento de Programação, 2001)

Eixo Prioritário 1 Desenvolver Competências	Eixo Prioritário 2 Portugal Digital	Eixo Prioritário 3 Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública
Medida 1. 1 – Competências Básicas. Medida 1. 2 – Formação Avançada Medida 1. 3 – Investigação e Desenvolvimento	Medida 2. 1 – Acessibilidades. Medida 2. 2 – Conteúdos. Medida 2. 3 – Projectos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital. Medida 2. 4 – Acções Integradas de Formação	Medida 3. 1 – Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública.
Dotação em milhares de euros: 187 986	Dotação em milhares de euros: 389 641	Dotação em milhares de euros: 32 784

Fonte: POSI, Complemento de Programação, 2001